
004ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA – 23ABR2014

(Texto com revisão final.)

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): (15h7min) Havendo quórum, passamos à

ORDEM DO DIA

Esta Presidência vai ler o Parecer nº 216/14 relativo ao Processo nº 1023/14, Memorando nº 036/14. Diretoria Legislativa. Verificação Nominal de Votação de Quórum. Este Parecer foi expedido pelo Sr. Procurador-Geral (Lê.): “Sr. Presidente, consulta-se este Órgão Jurídico a respeito do universo de Vereadores aptos a votar em verificação nominal de votação. Consoante se infere dos elementos que constam dos autos, na 30ª Sessão Ordinária deste Legislativo, foi aprovado o Projeto de Lei Complementar nº 035/13, tendo sido colhidos os votos mediante votação simbólica. Durante a Sessão, o Exmo. Vereador João Carlos Nedel formulou requerimento verbal de verificação nominal de votação (notas taquigráficas, fls. 03). Ainda durante a sessão e antes de ser deferido tal requerimento, o Exmo. Sr. Vereador Mauro Pinheiro requereu verificação de quórum. Efetuada esta verificação, foi encerrada a Ordem do Dia, por falta de quórum para prosseguimento dos trabalhos, restando inapreciado o pedido de verificação de votação nominal de votação. Na Sessão Ordinária subsequente (31ª), o Exmo. Sr. Presidente deferiu o requerimento formulado, de verificação nominal de votação. Suscitadas questões de ordem, a matéria foi encaminhada para apreciação desta Procuradoria. 2. A decisão prolatada pelo Exmo. Sr. Vereador Presidente, no sentido de deferir a verificação nominal de votação requerida pelo Exmo. Vereador Carlos Nedel limita o exame de parte deste Órgão Jurídico à questão pontual acima indicada, isto é, qual universo de Vereadores e Vereadoras deve ser considerado apto a votar na verificação nominal a ser procedida: o que compreende todos os parlamentares presentes à Sessão onde ocorrerá ou o composto apenas pelos presentes na Ordem do Dia da 30ª Sessão Ordinária, ocorrida em 14 de abril p. passado. As questões jurídicas atinentes à verificação nominal de votação em si, prerrogativa prevista no artigo 174 do Regimento, exigem demanda em instância recursal para possibilitar exame, haja vista que já houve decisão sobre a matéria. No que tange à

questão pontual apontada, cabe aduzir que a Câmara Municipal é o Poder Legislativo do Município, composta por parlamentares eleitos, que a integram e a compõem (CF, art. 29, inciso I; LOMPA, art. art. 7º, inciso I). Delibera por meio do Plenário, órgão constituído pela reunião de vereadores em exercício, em local e forma estabelecidos regimentalmente (art. 1º, e 84). A reunião de vereadores para as deliberações se processa em sessões ordinárias ou extraordinárias, etc, também por força do disposto no Regimento (art. 140). Constitui direito/dever de todo vereador em exercício participar das sessões e votar sobre as matérias submetidas a exame do Plenário (Regimento, artigos 177 e 215). E o exame das normas contempladas no Regimento da Câmara Municipal de Porto Alegre não autoriza conclusão no sentido de que esta possa deliberar com desconsideração do universo de vereadores presentes na sessão em que se processará a deliberação. É o que se infere, por exemplo, dos preceitos dos artigos 85, 152, 158, 172 e 177 do Regimento. Não há, ainda, norma que permita interpretação no sentido de que a Câmara Municipal possa deliberar computando tão somente votos de parlamentares presentes em sessão já realizada, já encerrada, com exclusão de outros. Ante o exposto, opino no sentido de que, s.m.j., deferido o requerimento de verificação nominal de votação, esta somente pode computar os votos de vereadores em exercício e presentes a própria sessão em que será efetivada, sob pena de violação a prerrogativas e direitos/deveres que lhe são atribuídos constitucional e regimentalmente. É o parecer, sub censura. Em 23 de abril de 2014. Claudio Roberto Velasquez.” Este é o Parecer, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras.

Mediante o que foi decidido pelo Sr. Procurador, esta presidência vai colocar em votação o nosso processo relativo ao PLCL nº 035/13, de autoria do Ver. Marcelo Sgarbossa.

O SR. MARCELO SGARBOSSA (Requerimento): Sr. Presidente, em face da sua decisão, estamos apresentando um recurso por escrito, o qual passo às mãos de V. Exa. neste momento, recorrendo da decisão, porque entendem os Vereadores firmatários que a decisão do Presidente desta Câmara afronta dispositivos legais e regimentais, uma vez que o instituto da verificação da votação só pode ser feito no momento, e não em Sessão posterior. Eu requeiro o efeito suspensivo dessa decisão em face do prejuízo dos encaminhamentos. Nós estamos recorrendo da sua decisão. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): Vereador, acolho o recebimento de seu recurso e já postularei como vai ficar.

O SR. REGINALDO PUJOL (Questão de Ordem): Sr. Presidente, o Requerimento que V. Exa. acaba de receber requer que seja acolhido e concedido o efeito suspensivo da votação dessa matéria. V. Exa. ao decidir, o fará nos termos do Regimento e dentro da sua competência, razão pela qual, Sr. Presidente, peço que, de imediato, V. Exa. decida, porque, em qualquer das hipóteses, acolhido ou não o pedido de suspensão, nós vamos querer... Inclusive, se forem suspensos os trabalhos, que sejam imediatamente cumpridos os demais projetos que se encontram na Ordem do Dia, que não podem ficar aguardando a decisão do recurso que foi, hoje, protocolado, cujo efeito suspensivo é requerido à V. Exa., que irá defini-lo ou não.

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): Obrigado. Mais algum Vereador quer fazer uso da palavra, para que este Presidente possa dizer o que vai fazer?

O SR. PEDRO RUAS: Eu quero fazer um registro, Presidente. O recurso do Ver. Marcelo Sgarbossa, por óbvio, vai ser encaminhado à CCJ – Comissão de Constituição de Justiça da Casa, e este Vereador, na condição de Líder da oposição, gostaria do protocolo, da cópia do recebimento do recurso. É só isso, obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): Quero responder ao Ver. Pedro Ruas que o recurso nem foi protocolado ainda, ele foi entregue direto para a Presidência, onde vai ser feito, por ofício. Mas, tão logo nós pudermos, vamos fazê-lo, sem problema nenhum, não só para V. Exa., mas para todas as Bancadas.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Presidente, apenas sublinhando o pedido, esse recurso que solicita a suspensão da tramitação, para que não haja perda do objeto...

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): Eu solicito aos Vereadores que não façam tanto aparte sobre a mesma matéria, visto que este Vereador já tem o seu posicionamento, Vereadora.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Ótimo, então está bem, Vereador. Estava apenas sublinhando a importância.

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): Obrigado.

O SR. JOÃO CARLOS NEDEL: Sr. Presidente, como autor da solicitação de verificação de votação, e, com referência a esse recurso, eu lamento profundamente, porque, realmente, é um ato que quer postergar a decisão. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): Não havendo mais apartes, esta presidência acolhe o efeito suspensivo. Vamos processar e encaminhar à instância jurídica e à CCJ para apreciação. Essa é a decisão.

Em discussão o PLCE nº 010/13.

O SR. AIRTO FERRONATO (Requerimento): Sr. Presidente, requero o adiamento da discussão do PLCE nº 010/13 por duas Sessões.

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Pedro Ruas, o Requerimento de autoria do Ver. Airto Ferronato. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 14 votos **SIM**; 3 votos **NÃO**; 1 **ABSTENÇÃO**.

O SR. REGINALDO PUJOL: Sr. Presidente, tendo em vista que V. Exa. concedeu efeito suspensivo ao exame da proposta do Ver. Marcelo Sgarbossa, em face do recurso apresentado, eu quero que V. Exa. nos atenda no sentido de proclamar uma convocação para uma reunião extraordinária da Comissão de Constituição e Justiça, amanhã à tarde, a fim de que possamos sortear o Relator dessa matéria.

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): Vereador, este Presidente pode fazer isto, mas V. Exa., como Presidente, tem essa prerrogativa e está fazendo de público. Então, automaticamente V. Exa. já está convocando os seus Pares para uma reunião

extraordinária amanhã, às 13h, para fazer o sorteio de quem vai dar o Parecer do efeito suspensivo sobre a matéria.

O SR. REGINALDO PUJOL: Sorteio entre os presentes.

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): Sorteio entre os presentes, logicamente. Feito o registro, Ver. Pujol.

A SRA. ANY ORTIZ: (Requerimento): Sr. Presidente, requeiro o adiamento da discussão do PLL nº 145/13 por uma Sessão.

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): Em votação o Requerimento de autoria da Ver.^a Any Ortiz. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Apregoo a Emenda nº 18, de autoria do Ver. Aírto Ferronato, Líder do Governo, ao PLCE nº 10/13.

Apregoo Requerimento, de autoria do Ver. Aírto Ferronato, que solicita a retirada de tramitação da Emenda nº 17 ao PLCE nº 010/13.

Apregoo o Requerimento, de autoria do Ver. Delegado Cleiton, que solicita a retirada de tramitação do Requerimento nº 209/13.

Em votação o PLE nº 042/13. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Reginaldo Pujol, o Requerimento nº 015/14. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 23 votos **SIM**; 2 **ABSTENÇÕES.**

O SR. VALTER NAGELSTEIN: Sr. Presidente, a primeira questão que eu quero rogar a V. Exa. é que nós caminemos, durante o processo de votação, um pouquinho mais devagar. Eu sei que V. Exa. está querendo...

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): Não, não tem problema nenhum.

O SR. VALTER NAGELSTEIN: ...avançar, com razão. Mas é que, por exemplo, a pergunta que eu fiz, compreendo que absolutamente pertinente. E mais do que isso, eu compreendo que é um direito do Vereador. Eu me abstive porque compreendo o seguinte: esse tema é muito antipático nós votarmos contra. Mas, por outro lado, com todo respeito ao proponente, é absolutamente demagógico – e não estou dizendo que seja essa a questão – nós votarmos em demasia Frentes Parlamentares, e, depois, os parlamentares não conseguem se dedicar a elas. Então, por isso que certas informações são importantes. Por isso que fica aqui – e eu lhe agradeço a abertura do microfone – um pleito a V. Exa., de que nós possamos, entre o final do enunciado da votação e o início de processo de votação, ter um tempo para, pelo menos, podermos formular melhor as nossas convicções. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): Obrigado, Vereador. Mas eu quero dizer, Vereador, que nesse período tem 15 bancadas que poderão fazer encaminhamentos até dessa mesma forma – não no aparte –, mas na tribuna. É porque aí ganha tempo. E eu quero lhe informar, sim, porque acho que, neste momento, nós, aqui na Casa, não teríamos condições de lhe dar, agora, neste momento imediato. Tem que fazer uma busca; nós vamos fazer e lhe passar. Porque tem muitas frentes parlamentares aqui na Casa, mas isso não quer dizer que todas estão ativadas. Mas vamos verificar isso e tão logo passaremos a Vossa Excelência. Agradeço a sua contribuição.

Em votação o Requerimento nº 035/14. (Pausa.) A Ver.^a Fernanda Melchionna está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 035/14.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA: Sr. Presidente e Srs. Vereadores, esta Moção de Solidariedade que nós apresentamos tem o intuito – é evidente – de respaldar a iniciativa, a luta e a força da jornalista e ativista Nana Queiroz, que reagiu diante da publicação de uma pesquisa do IPEA – que depois mudou o número, o que também coloca em discussão a questão da qualidade, da fidedignidade dos dados e demonstra um tremendo erro do instituto de pesquisas IPEA. Independentemente dos valores – que lá na primeira publicação da pesquisa diziam que 65% da população concordava com a afirmativa de que mulheres com roupas curtas mereciam ser estupradas – é um escândalo completo, uma visão absolutamente machista e retrógrada da sociedade de culpabilizar as vítimas

diante de um crime tão bárbaro como é o estupro. Uma lógica perversa que nós combatemos num movimento nacional comandado pela Nana Queiroz, no caso do protesto virtual, e pelo Movimento de Mulheres, sejam pelas marchas que ocorrem desde 2011, questionando esse acintes, como em relação à fala de um policial de Toronto, Canadá, em 2011, referindo que para que não acontecessem estupros as mulheres deveriam se vestir melhor. Em vez de educar os homens e combater o machismo na raiz; ou seja, culpabilizar os estupradores pelos estupros e as violências bárbaras contra as mulheres, tratam de criminalizar e culpabilizar a vítima. A vítima de um crime extremamente hediondo, de um crime marcante para a vida inteira de uma mulher, de violências bárbaras que nós vimos nesse protesto virtual, porque várias mulheres que foram vítimas dessa violência colocaram na Internet as frases bárbaras que ouviram dos estupradores. E mesmo que não sejam 65%, apesar de deixar aqui registrada a minha crítica ao IPEA, porque é um erro muito básico para qualquer pessoa que trabalha com ciência e com pesquisa – e eu sou da área da biblioteconomia – publicar uma pesquisa com dados invertidos é, no mínimo estranho. No mínimo, estranho. Mas que tenha reduzido para 28% é melhor que mais da metade da população? Sim e não, porque nós ainda temos mais de 20% de pessoas no Brasil que acreditam que estimulam a violência contra a mulher, porque esse tipo de declaração, esse tipo de visão, esse tipo de violência faz com que o machismo se prolifere e se perpetue. Vocês sabem que a Índia, que é dos países que também tem altíssimo índice de estupro, eu li nas redes sociais que a culpa lá, em função de que a cultura das mulheres no que diz respeito às vestimentas, é diferente do Brasil, eles colocam a culpa da violência sexual contra a mulher no rímel! Eu sempre pensei que a culpa fosse dos estupradores, eu sempre pensei que a culpa fosse daqueles que atacam, violentam e se acham no direito de atacar uma mulher, sejam estranhos na rua, sejam nas violências que se produzem dentro de casa, e que são muitas no Brasil também, violência sexual, violência doméstica.

E por isso nós apresentamos essa Moção de Solidariedade à Nana Queiroz, porque logo depois da publicação da pesquisa e desta campanha “Não mereço ser estuprada” – ninguém merece ser estuprada – em que milhares de mulheres no Brasil inteiro apareceram com seus cartazes colocando a sua voz no combate ao machismo, logo depois dessa campanha, ela recebeu ameaça de violência sexual de um rapaz, identificado, falando verdadeiras barbaridades e dizendo que iria violentá-la. Então, o

primeiro registro é de solidariedade e de apoio a essa ativista. De que a história é feita de mulheres e homens que se dedicam e que colocam um pedaço de suas vidas para mudá-la eu não tenho dúvida, e o coletivo é que muda a história, mas os indivíduos que tomam a frente, que dão a cara à tapa, que fazem essas organizações, esses protestos para garantir com que a voz das mulheres seja ouvida internacionalmente, nesse processo, são fundamentais. Então, a nossa solidariedade à Nana Queiroz.

Por outro lado, também é um alerta às lutas que virão. Num domingo, mais uma vez, Porto Alegre reunirá milhares de mulheres e homens na Marcha das Vadias, numa campanha contra o machismo e contra a violência. O nome é este porque em 2011 um policial, lá em Toronto, no Canadá, disse que se as mulheres não se comportassem como vadias não seriam estupradas. Então as mulheres fizeram o seu protesto, a sua marcha, a sua mobilização para defender, primeiro, a liberdade, defender a questão do combate à violência, defender a autonomia e o direito sobre o seu próprio corpo e, sobretudo, defender a igualdade de gênero.

Quero agradecer a atenção de todas e todos. Evidentemente esperamos que seja votada por unanimidade esta Moção e deixar registrado que no domingo estaremos presentes com as mulheres de Porto Alegre, junto de mais um protesto feminista na nossa Capital, na Redenção, às 16h. Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): O Ver. Reginaldo Pujol está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 035/14.

O SR. REGINALDO PUJOL: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, a Moção de Solidariedade à jornalista Nana Queiroz, proposta pela Ver.^a Fernanda Melchionna, não é uma Moção de Solidariedade simples, porque ela envolve uma reflexão muito forte sobre determinados temas e um aprofundamento maior ainda sobre a raiz primeira do fato que justificou a ação da jornalista indicada e que obviamente deu a base para o Requerimento formulado pela Ver.^a Fernanda Melchionna. É que esse levantamento feito pelo IPEA põe às claras uma realidade inquestionável, que é o risco de excessiva valorização das pesquisas realizadas neste País, muitas delas utilizadas deliberadamente com o fim de favorecer determinadas situações, de criar uma empolgação nacional,

quando não, indignação nacional. A bem da verdade, houve uma correção tardia do erro, mas não fica de modo algum eximida a responsabilidade do IPEA, e mais do que a responsabilidade do IPEA, dos organizadores desta pesquisa. A simples formulação da pergunta – Mulheres que usam roupas que mostram o corpo merecem ser atacadas? –, a simples colocação dessa pergunta no questionário, Ver. Nereu, já é um fator a ser responsabilizado o IPEA e os organizadores da pesquisa. Isso não é pergunta que se faça! Está se induzindo! Uma pergunta dessas só pode ser respondida de três maneiras: sim, não, não sei. Não há outra forma de ser respondida. E naturalmente que “não”, nos absurdos 65% que a notícia primeira nos trouxe, num flagrante erro que compromete qualquer análise daqui para diante do IPEA, por muito tempo eles vão ter que limpar a barra perante a opinião pública de um erro tão flagrante; por muito tempo vai ter que ocorrer essa limpeza de barra. É esse IPEA que nos fala às vezes que temos pleno emprego no Brasil, todas essas notícias para agradar o Governo vêm lá do IPEA. E agora vem essa desastrosa pergunta que gerou essa resposta que está na base do sim ou não, um em cada quatro brasileiros achavam que a pergunta merecia uma resposta afirmativa, e isso por si só já é preocupante. Se não é 65%, é 25% ou 27%, pouco releva; releva é que uma pergunta dessa natureza não pode ser feita numa pesquisa realizada por um órgão do Governo, que deveria ter responsabilidade perante a Nação e não o tem; gera situações como essa.

Por isso, Ver.^a Fernanda, ao natural já teríamos que ser solidários à sua Moção de Solidariedade. Aliás, a Ver.^a Séfora expressamente já mostrou essa solidariedade, inclusive atendendo ao chamamento da jornalista Nana Queiroz. Mas da mesma forma que não podemos dizer “não”, que temos que dizer “sim”, não comporta aqui “não sei”, aqui é “sim ou não”, e nós temos que dizer “sim”, Ver. Tarciso, porque nós não somos chauvinistas, nós não podemos concordar que exista pessoa com esse tipo de postura. Na linguagem do povo, não podemos concordar que existam tarados neste País em tamanho número. Que alguns existam é natural, as exceções estão aí para confirmar a regra, mas, primeiro, o número inicialmente apontado pela pesquisa era um verdadeiro absurdo, um descalabro! De qualquer sorte, o número final reconhecido já é suficientemente capaz de gerar um repúdio da nossa parte. E repudiar esse ato – nos permita, Ver.^a Fernanda Melchionna – a gente faz aplaudindo, apoiando a solidariedade que ela propõe à jornalista Nana Queiroz. Era isso, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): O Ver. Alberto Kopittke está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 035/14.

O SR. ALBERTO KOPITTKE: Sr. Presidente, Ver. Professor Garcia; caros colegas, muito boa-tarde. Eu venho aqui debater esta proposta de Moção em apoio à jornalista que criou a campanha que se dissipou pela Internet “Eu não mereço ser estuprada”. Eu vim aqui, Ver.^a Fernanda, para cumprimentá-la e saudá-la pela iniciativa, e porque nós temos que ocupar, sim, todos os espaços possíveis para falar de preconceito. Eu não acho bobagem falar desse assunto. Há alguns que acham que isso não interessa, que esse pessoal que só fica falando em preconceito não tem mais o que fazer. Talvez não sintam nenhum preconceito contra si. Deve ser por isso que essas pessoas acham que é perda de tempo falar sobre esse tipo de assunto. E nós temos, sim, que ocupar todos os espaços possíveis para atacar o racismo, o machismo, a homofobia e todas as outras formas de intolerância e preconceito, porque assim nós as vamos desconstruindo. E o grande problema do preconceito é que ele se esconde, ele monta mecanismos de autojustificação no discurso da sociedade e ele se esconde. Algumas vezes na história, ele aparece com a sua própria cara, como os episódios do nazismo, do fascismo. Mas, de resto, na maioria das vezes, ele vem com outros discursos por trás dessa pergunta que o Ver. Reginaldo Pujol não entendeu, porque foi incluída na pesquisa do IPEA... Aliás, eu me informei que ela lá está, porque assim recomenda a Unifem, a organização da ONU que trata das políticas para as mulheres, recomenda que se faça a pesquisa, e dentro dessa pesquisa se coloque esse tipo de pergunta, porque ela não é pega-ratão; é pega-machista. É nesse tipo de pergunta que o tipo de machista se entrega. Se você perguntar: Você é machista? Todo mundo diz que não. Você é racista? Todo mundo diz que não. Mas é nesse tipo de pergunta que se desvela este mecanismo que esconde o preconceito, e ele acaba aparecendo. E, efetivamente, como qualquer órgão de pesquisa – e é importante, os pesquisadores do IPEA têm autonomia técnico-científica –, e essa equipe é técnica, qualificada do nosso País, e, infelizmente, esse servidor público cometeu um equívoco, e é uma pena que o tenha feito, diante de um trabalho tão relevante. Mas eu perguntaria, Ver.^a Sofia Cavedon, sobre os atuais 525 estupros por

ano, registrados em Porto Alegre – vou repetir: 525 estupros por ano, registrados! – existem estudos de que só um quarto dos estupros é registrado, isso diria que nós, possivelmente, possamos ter em Porto Alegre dois mil estupros ao ano. Entre os diversos tipos de estupros que nós temos, aqueles cometidos na rua e em casa também, mais de 525 estupros são registrados em Porto Alegre. São 500 mulheres por ano, Ver.^a Mônica Leal, a senhora que também é uma lutadora contra a violência, isso é pouco? Quem se apegou nessa discussão da pesquisa, que é outra discussão, eu não gostaria de politizar o tema do machismo... porque essas 525 mulheres estupradas possivelmente por homens que em pesquisas diriam que não são machistas, não importa a elas em quem elas votaram; importa que elas foram vítimas desse abuso, de uma sociedade preconceituosa, porque desde a infância vai se criando esse estereótipo do machão, do gaúcho macho, e que acaba redundando, sim, em crime. Aqui, no caso, ou o estupro ou o femicídio.

Outro dado que nós vimos na CEDECONDH é que são 10 mil mulheres vítimas de agressão por ano em Porto Alegre. Então, em uma população de mais ou menos 500 mil mulheres, 10 mil são agredidas anualmente. Isso é pouco? Isso é muito. É um absurdo nós ainda termos esse tipo de comportamento aqui em Porto Alegre. Eu não estou falando do Brasil; eu estou falando das 525 mulheres estupradas em Porto Alegre.

E essa campanha é importantíssima, sim. É importante a manifestação, a mobilização, a Marcha das Vadias, que alguns não gostam. Alguns ficam extasiados quando as mulheres vêm para a rua, sim, mostrar o seu corpo, enfrentar esses estereótipos de uma sociedade preconceituosa e moralista, que acaba legitimando o estereótipo, nesse caso, do machão, quando não do machão racista.

Então, nós temos que ocupar todos os espaços possíveis para enfrentar o preconceito, olhá-lo olho no olho e superar essa chaga da sociedade brasileira de ser, ainda, infelizmente, uma sociedade com muito machismo, com muito racismo e com muita homofobia.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): A Ver.^a Sefora Mota está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 035/14.

A SRA. SÉFORA MOTA: Boa-tarde a todos e a todas, vou fazer um elogio para o meu querido colega Pujol. Adoro você, Pujol. Viu? Estou te elogiando da tribuna. Tenho um carinho muito grande por ele.

Mas eu estou aqui para elogiar a iniciativa da Ver.^a Fernanda Melchionna pela Moção de Apoio à jornalista Nana. Eu fui uma das Vereadoras que me manifestei, fiz a manifestação nas redes sociais, fui bastante julgada, mas isso para a mulher, para a mulher vaidosa e para a mulher que se coloca de maneira diferente na sociedade, é normal.

Como justificar um crime como o estupro? O estupro é um crime inaceitável e injustificável. Então, é inaceitável justificar o estupro e o estuprador por conta da roupa da mulher isso é inaceitável, porque o meu corpo é inviolável. Isso quer dizer que eu dou mais valor a minha roupa, que a minha roupa tem mais valor do que o meu corpo? Não. O corpo é a casa da minha alma, e o meu corpo é inviolável. Eu sempre lutei para ser a mulher que eu sou, para me vestir da maneira como acho que devo me vestir. Eu não quero me enquadrar em nenhum padrão. Quando eu li essa pesquisa, a primeira, a dos 65%, eu fiquei chocada porque eu sou uma das mulheres que a pesquisa diz que pode ser estuprada. Mas eu tenho a convicção de que não! Eu não mereço ser estuprada! Eu não posso ser estuprada. O corpo é meu. Eu faço dele o que quiser. Ele é a minha casa do prazer, é a casa das minhas sensações e nele entra quem eu quiser e só o usa da maneira como eu quiser. Então, eu não mereço e ninguém merece ser estuprada. Nenhuma criança de calcinha na rua está pedindo para ser estuprada. Eu, de biquíni na praia, não estou pedindo para ser estuprada. No carnaval todos os pecados são perdoados. No carnaval podemos andar seminuas, mas no dia a dia a sociedade machista vem e nos julga pela nossa roupa. Eu gosto, sim, da minha saia mais curta e não vou deixar de usá-la por conta de uma sociedade machista e que me julga por uma coisa que não escolhi. Eu escolhi ser assim. Eu escolhi ser mulher, andar de perna de fora, usar decote e escolhi ser respeitada. Aqui na Câmara, todo mundo me respeita. Alguns fazem bico torto quando eu passo porque a saia está curta demais, não é meninas? As meninas ali me adoram porque eu venho e enquadro todo mundo mesmo. Isso é simples assim, gente. Isso é respeito, dignidade. É isso. Cada um sendo o que é da maneira como é. O corpo é meu, as regras são minhas. É por isso que eu luto. Eu luto por ser mulher, por ser feminina acima de tudo, porque, além de feminista, eu sou uma mulher extremamente feminina e luto pelo direito de usar e abusar do meu corpo da

minha maneira. Eu não mereço ser estuprada, você não merece ser estuprada, ninguém merece ser estuprado. Então, é simples assim. Mais respeito à mulher e não ao machismo. Infelizmente, a maioria das pessoas que foram ouvidas nessas pesquisas eram mulheres e, infelizmente, mulheres criam homens. Então, mulheres, vamos acordar para a realidade porque nós é que estamos criando homens machistas. Lá em casa, graças a Deus, eu crio homens feministas. Eu crio homens com cabeças abertas, com mentes livres para aceitar as diferenças e os diferentes, porque nós temos essa responsabilidade maior no mundo porque nós temos a responsabilidade de criar os cidadãos. Quais são os cidadãos que estamos colocando nesse universo? Quais são os cidadãos que estamos colocando nesse universo, quais são os cidadãos que nós estamos colocando nessa sociedade cada vez mais machista e intolerante? Não, eu não admito, luto contra o machismo. Parabéns pela iniciativa, Fernanda, obviamente, que eu apoio, pelo direito da mulher ser simplesmente o que ela quiser ser. Muito obrigada pela atenção.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pela oposição.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Sr. Presidente, Srs. Vereadores, senhoras e senhores, acho que a Ver.^a Fernanda oportuniza um debate importante nesta Casa sobre as votações. E quanto a essa pesquisa do IPEA, de fato, tenho muitas restrições à forma como as perguntas foram feitas – e gostaria de ter acessado aqui, mas não deu tempo –, mas todo senso comum machista, moralista, conservador, com perguntas patriarcalistas e afirmativas nesse sentido. Na verdade, não era uma pergunta, o IPEA afirmava questões do tipo: “A mulher negra, mulata, é mais gostosa que a branca”, e todo tipo de manifestação preconceituosa, machista, que transforma a mulher em objeto.

Bem, é temerária a forma como essa pesquisa foi apresentada ao público, sem um tratamento adequado e com aquele equívoco do número, do percentual, porque, de alguma maneira, reforçou e virou chacota e, principalmente, Ver.^a Fernanda, responsabilizou as mulheres, porque muitas acabaram concordando com a afirmação.

Na verdade, na primeira questão – é importante dizer que não são 70 e poucos por cento, são 26% –, as mulheres começam a alterar e a sociedade começa a alterar a opinião, mesmo, como dizia o Ver. Kopittke aqui, a pergunta não sendo: “Tu és machista ou não és machista?” Mas apenas pegando ditos populares, formas corriqueiras, até engraçadas, gozadas, que, na verdade, denotam o machismo, mas se a pessoa é distraída, não se dá conta de que é machista.

Então, é muito importante, porque se a pergunta tivesse sido feita diferente: “Tu discriminarias a mulher por causa disso ou daquilo?” – o resultado seria diferente! Ela seria uma pesquisa diferente. Então, essa pesquisa subjaz, na sociedade brasileira, e evidencia o que é óbvio: o machismo e o patriarcalismo. E nós não temos a ilusão de que isso não é produzido pelos meios de comunicação de massa, que formam a opinião pública brasileira. Essa é a reflexão que eu quero fazer.

Acho que temos muito que apoiar a reação a isso, apesar de eu não gostar do termo “eu não mereço”, porque é direito de qualquer mulher, homem, menino, menina, a ter integridade física, moral, afetiva, autonomia e soberania sobre o seu corpo. E não é uma questão de merecer ou não merecer; eu não gosto desse termo. Acho que a pesquisa foi muito ruim, porque produziu uma contraposição entre o mereço e não mereço. Bom, se eu digo “eu não mereço” significa que algumas mereceriam? O problema não é a contracampanha, o problema foi a forma como a pesquisa foi instalada, como foi divulgada.

Eu acho que o grande debate, que nos faz reagir, é o debate da compreensão. Primeiro, de que o Brasil é profundamente machista – profundamente; que os elementos não estão apenas na violência contra a mulher; que as mortes de mulheres não são as únicas evidências, mas, sim, a humilhação da mulher, a submissão, as chacotas, a manipulação, o deboche, as espiadas de toda a ordem. Isso tudo se constitui numa humilhação que acontece cotidianamente, que transforma a mulher em alguém que precisa se afirmar o tempo inteiro. Terceiro, se dar conta que os meios de comunicação em massa, que exploraram essa pesquisa, que exploram qualquer emoção, qualquer drama, porque vende, são os maiores produtores e reprodutores dessa condição da mulher. Com o lixo dos programas humorísticos, o lixo das novelas globais, com o lixo que todo o dia jogam para dentro das casas, jogam na cabeça das meninas, exigindo e mostrando que a mulher realizada é aquela mulher gostosa e bem instalada, e que, ao mesmo tempo, tem

que ser pudica, tem que ser a mãe de família. E vende, e vende tudo, e vende-se tudo; os meios de comunicação de massa, que vendem carro, que vendem casa, que vendem apartamento, que vendem furadeira, que vendem roçadeira, que vendem parafuso, usam a mulher, o seu corpo e a sua dignidade, em larga escala, em nome do capitalismo. Isso faz com que a mulher, que saiu do espaço privado para ganhar vida, seja submetida à humilhação e à coisificação que o mercado impõe – o que também é reproduzido, sim, pelos meios de comunicação em massa. Então o País, onde a luta das mulheres trabalhadoras vem mudando esse quadro, precisa perceber quais são os grandes mecanismos – e não vou falar, ainda, dos credos religiosos, etc. – que mantêm a mulher nessa condição e que vão gerar, lá na ponta, não só uma opinião, um senso comum pouco pensado pelas próprias mulheres, mas a violência direta sobre a mulher.

Então, todo o apoio à campanha, com as restrições ao “Eu não mereço ser estuprada”, porque é direito, e não merecimento, mas foi importante essa reação, e acho que saímos melhor do belo debate que fizemos nesse processo.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): A Ver.^a Mônica Leal está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 035/14.

A SRA. MÔNICA LEAL: Sr. Presidente, Ver. Professor Garcia; Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores; pessoas que nos assistem, aqui e através da TVCâmara, eu confesso a vocês que, por um lado, estou contente por estar nesta tribuna, porque chegou o dia em que eu, a Ver.^a Fernanda Melchionna e a Ver.^a Sofia Cavedon comungamos do mesmo sentimento. Desde que eu entrei nesta Casa, eu tinha muito presente a sensação de que este dia chegaria, pena que é por uma causa tão triste, que já deveria estar para lá de vencida.

Eu escutei atentamente as colocações das minhas duas colegas, e me chamou a atenção a Ver.^a Fernanda quando falou sobre a jornalista Nana Queiroz, que organizou esse protesto digital com a frase “Eu não mereço ser estuprada”, após a pesquisa realizada pelo IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, onde 65% dos entrevistados concordaram com a frase. Ora, eu sou jornalista e, nos bancos da faculdade, uma das cadeiras mais importantes que eu lembro que tive foi sobre a responsabilidade de soltar a

informação. Vejam bem, se o jornalista tem o poder de propagar, de divulgar, tem o microfone, tem a caneta, tem o veículo impresso, falado, ele tem a responsabilidade de checar aquela informação tantas vezes quantas forem necessárias, eu fico pensando com meus botões o que não tem de responsabilidade o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. É com muita tristeza que constatei que a pergunta foi extremamente mal formulada, foi tendenciosa. E aí me chama a atenção essa pesquisa sendo feita em um território em que a faixa etária não tem maturidade, onde o nível cultural não é o capaz de interpretar a pergunta, sabendo que ela é errada, tendenciosa. Uma série de questões que me levam a querer fazer uma moção de repúdio a esse Instituto que soltou essa pesquisa com essa pergunta: “Mulheres que usam roupas que mostram o corpo merecem ser atacadas?” A Ver.^a Sofia, com a experiência de ser professora, colocou isso muito bem, dizendo que a pergunta, sim, foi extremamente mal formulada.

Por outro lado, quero registrar o meu total apoio à Moção de Solidariedade da Ver.^a Fernanda à colega jornalista Nana Queiroz que, ainda por cima, teve o absurdo de receber ameaça. Quer dizer, ela teve a coragem de denunciar esse processo, lançou a campanha digital com essa frase e recebe a ameaça que seria, sim, estuprada! Ora, é no mínimo muito triste, para não dizer absurdo, e merece todo o nosso apoio! E que mais mulheres saiam da casca, do anonimato, comprem essa parada, denunciem, sim, quando algo está errado, porque é isso que precisamos, pois a união é que vai fazer a força e vai terminar com esse tipo de preconceito e com a tentativa de achar normal que uma mulher que usa uma roupa curta, decotada, ou qualquer coisa, está procedendo errado.

Por outro lado, eu também quero aproveitar a oportunidade para mostrar aqui aos senhores que a vida das mulheres continua, sim, em risco. Aqui nós temos uma matéria (Mostra reportagem.) que está muito nessa linha, de tragédias anunciadas, de mulheres que continuam sofrendo abusos, de violências do seu companheiro ou do ex-companheiro. Existe uma pesquisa que diz que, no Rio Grande do Sul, 50,4% dos femicídios têm como autor o atual marido, ou companheiro, e que 25,5% dos ex-maridos ou companheiros são os responsáveis por assassinatos contra a mulher. E por aí adiante. Eu queria, Fernanda, te dar os parabéns, e dizer que subi nesta tribuna, fiz questão, para além de te dar os parabéns, dizer que estamos juntas nesta luta. Conte com o meu apoio, com o apoio da Bancada do Partido Progressista, porque nós não vamos admitir qualquer

tentativa de achar normal que uma mulher que queira usar um tipo de roupa, que chame mais atenção, possa sofrer qualquer tipo de agressão. Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): A Ver.^a Jussara Cony está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 035/14.

A SRA. JUSSARA CONY: Sr. Presidente, Sras. Vereadores, Sras. Vereadores, eu inicio já cumprimentando a minha colega Ver.^a Fernanda Melchionna por esta importante iniciativa, que tenho absoluta convicção que esta Câmara Municipal vai aprovar por unanimidade.

Ouvindo as minhas colegas e os meus colegas, eu fechei os olhos e vi, primeiro, uma imagem, uma imagem antiga, desde o mundo primitivo, de uma mulher sendo arrastada pelos cabelos por um homem com um tacaço na mão. E cheguei à imagem até os dias de hoje das telas globais: mulheres espancadas, queimadas, violentadas, estupradas por homens que diziam amá-las. Mesmas telas, aliás, que se sustentam e produzem o lucro do mercado através do corpo das mulheres, do corpo feminino. É uma violência que vem, no meu entendimento, das concepções que não admitem que nós, mulheres, somos diferentes dos homens. E temos diferenças fundamentais para a continuidade da espécie. São os mesmos que justificam todas essas concepções, as mesmas que justificam todas as formas cruéis de violência do corpo, da alma, para perpetuar uma sociedade que joga com as nossas diferenças naturais para se manter, para manter as opressões, as desigualdades, para manter uma sociedade patriarcal de dominação de gênero, de raça, de geração e de classe. Uma sociedade preconceituosa em que o homem pode, e a mulher não; em que o homem tem que provar que é macho, e a mulher tem que esconder a sua feminilidade. Essa é a sociedade em que nós vivemos, e isso custa aos homens e às mulheres, até sob a ótica das suas orientações sexuais. As questões são muito de fundo numa discussão como essa. Uma sociedade que criminaliza a vítima pelo modo como se veste, como anda, com quem anda, se está sozinha num bar ou se está acompanhada só de amigas mulheres. Tem pareceres na justiça criminalizando a vítima que não é nem uma questão de vergonha, mas é banalizar a dor, a dor de uma mulher, a dor de uma sociedade e a dor de homens e mulheres que não comungam com esse tipo

pág. 17

de violência. E essa sociedade que criminaliza a vítima é que libera o agressor. Criminaliza a vítima para liberar o agressor e para se manter.

Os homens não nascem – e aqui eu quero dizer isso com toda a minha convicção, Vereadores – com um gen para submissão. Não é uma questão genética! É muito mais fundo isso! Ela é implantada por uma sociedade para manter uma ideologia dominante e uma cultura de dominação. E aí a gente pode evoluir para uma questão de gênero, de raça, de geração, inclusive para uma questão de orientação sexual. Quando a Fernanda trouxe aqui – não é Fernanda? – na Índia é o rímel; porque elas estão tapadas, mas é o rímel que justifica o estupro. Olhem bem, aqui no nosso País e em outros climas tropicais é a roupa. Nós vivemos num país tropical! Aliás, eu acho um horror os homens ter que andar de terno e gravata num país tropical. E eu quero lembrar que os nossos nativos, os nossos indígenas – eu venho dos Guaranis – andavam nus! Quem nos vestiu foram os dominadores! Os nossos indígenas – nosso povo primitivo – andavam nus! Os dominadores foram quem nos vestiram! Nos impuseram desde a vestimenta para justificar inclusive a dominação maior. Eu quero finalizar dizendo que violência é crime, e o silêncio é cúmplice da violência! Nós temos que dar um basta à banalização da dor. E chega de silêncio! E aí essa Moção da Ver.^a Fernanda bota esta Câmara Municipal a não silenciar! E isso é importante porque é um Poder Legislativo. Nós ainda temos muito a caminhar para garantir uma sociedade que não faça das nossas diferenças um mote para a justificativa de perpetuar crimes como esse que nós estamos discutindo! É de mulheres como a jornalista Nana Queiroz que nós estamos precisando! É de mulheres assim que nós precisamos, porque ela trouxe a sua denúncia e a sua indignação para o coletivo! Quantas de nós tiramos fotografias – eu tirei – com o quadrinho escrito “Não mereço ser estuprada”? As minhas netas, as minhas filhas, muitas mulheres, mulheres de luta, mulheres da UBM tiraram essa fotografia, porque é uma forma de, coletivamente, enfrentarmos essa questão.

Então, Fernanda, nós vamos aprovar por unanimidade porque isso coloca a nossa Câmara contra todo esse tipo de violência. E já chamando também para que, no domingo, às 16h, no Brique da Redenção, participem da marcha daquelas que foram denominadas como vadias e que assumiram, como forma de enfrentamento, a Marcha das Vadias. Quem são as vadias? São as mães, são as mulheres trabalhadoras, são mulheres como nós, como esta que está na tribuna, como as Vereadoras, como as funcionárias desta

Casa, são mulheres como as irmãs, são mulheres que estão na luta para transformar essa sociedade. E que essa sociedade não se dirija em função das nossas diferenças naturais para perpetuar a violência, como essa que estamos discutindo. Essas são as vadias, que estarão todas lá, aquelas que constroem a nação brasileira lado a lado com os homens. Era isto, Sr. Presidente, Parabéns, Ver.^a Fernanda! Conte com o apoio da Bancada do PCdoB e, com certeza, de toda esta Câmara Municipal. Dezesseis horas, Brique da Redenção, domingo, Marcha das Vadias, que são mulheres como nós, que constroem a história.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): O Ver. Valter Nagelstein está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 035/14.

O SR. VALTER NAGELSTEIN: Sr. Presidente, Ver. Professor Garcia; Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras; Ver.^a Fernanda Melchionna, autora; Ver.^a Séfora Mota, Ver.^a Jussara Cony, Ver.^a Sofia Cavedon, Ver.^a Mônica Leal, eu acredito que essa é uma bandeira histórica e das mais importantes, a da igualdade de gênero. Mostram as pesquisas que nós temos muito ainda a avançar; e eu vejo que, felizmente, temos avançado. O Brasil de hoje, graças à luta, ao engajamento, à militância e à cidadania, não é o Brasil de 50 anos atrás, um Brasil em que as mulheres não votavam – registro a presença também da Ver.^a Lourdes Sprenger, do PMDB –, em que os homens eram considerados os chefes de família. Aquele, sim, um Brasil extremamente machista, Ver. Guilherme Socias Villela. Eu vejo que felizmente nós temos avançado. Acho que esse é o caminho da sociedade democrática e acho que tipos de avanço como esse só se conseguem construir em sociedade genuinamente e verdadeiramente democráticas. Eu compartilho do mesmo sentimento, um sentimento de repulsa, quando nós observamos não só a intolerância, mas, mais do que isso, a pregação ou a justificativa para atos de barbárie ou de violência. Mas quando nós falamos isso, eu penso que não é necessário, só como seres humanos, que nós repousemos os nossos olhos na realidade brasileira, mas que nós tenhamos a capacidade de olhar para o mundo, porque o mundo, hoje, é plano. Quando nós falamos isso, nós temos que lembrar que, em vários países, ainda vigora a prática da extração do clitóris das meninas, feita sem nenhuma assepsia, feita simplesmente porque não é dado

pág. 19

às mulheres o direito de ter prazer. E especialmente essa prática ocorre, infelizmente, é preciso que se diga, em países onde impera o fundamentalismo religioso islâmico. Então essas práticas precisam ser denunciadas nos parlamentos do mundo, aqui ou na ONU. Aqui na nossa pequena Câmara, em uma longínqua capital de um estado do extremo-sul do Brasil, ou na tribuna das Nações Unidas, nós precisamos lembrar que, em muitos países, as mulheres não podem, especialmente, de novo, nesses países onde eu desejo um dia que haja uma verdadeira democracia, as mulheres não podem sair sem a burca, a Ver.^a Séfora falou, e eu compartilho do sentimento, que as mulheres tenham o direito a se expor. Sabem o que é uma mulher ter que sair com o corpo todo vendado e, inclusive, com uma telinha nos olhos!? Isso ainda acontece hoje, no ano de 2014. Então eu fico muito feliz e faço essa observação, porque, às vezes, nós nos dividimos aqui nas bipolaridades do mundo que parece que ainda existem e, nessas bipolaridades, adotamos posições de dicotomia e às vezes maniqueístas, onde o bem está de um lado, e o mal está do outro lado. E quase sempre, historicamente, a esquerda, e aí eu me dirijo à Ver.^a Fernanda, sempre se opõe, por exemplo, ao estado de Israel, que é uma nação absolutamente democrática, denunciando as violências que eventualmente podem ser praticadas nesse conflito étnico, religioso e racial. Mas eu não vejo, coerentemente, essa mesma luta pelo direito das mulheres daqueles países, e eu gostaria de ver: das mulheres não terem seus corpos mutilados, Ver.^a Mônica; das mulheres não precisarem sair com um irmão homem, ou com algum homem para a rua, porque não podem sair sozinhas; das mulheres não terem direito a escolher um marido, porque os casamentos ainda são arranjados. Então, quando nós falamos, e que bom que nós vimos falar em uma Casa, no parlamento de democracia, vamos falar da verdadeira democracia que respeita as liberdades e que respeita, mais do que tudo, a essência da vida humana, que é o direito à livre escolha, o livre arbítrio do ser humano e a sua segurança, porque essa é a razão de existir da sociedade. Disse, acho que a Ver.^a Sofia, que não acredita que os homens tenham, na sua semente ou na sua natureza, maldade. Infelizmente, os homens têm, na sua natureza, Ver.^a Jussara – e quando falo homens falo em gênero –, e a própria Escritura nos mostra, tanto a maldade quanto a bondade. E está aí o caso de Três Passos a horrorizar a todos nós. É por isso que os contratualistas falam que nos organizamos em sociedade, exatamente para que não vivêssemos no estado da selva, para que as pessoas pudessem ter paz para viver.

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
004ª Sessão Extraordinária 23ABR2014

Acho que é oportuna, e só o que lamento às vezes é uma certa hipocrisia da nossa sociedade brasileira. Outro dia eu estava lendo sobre casos de estupro no Canadá, em que os condenados recebem, como pena, uma injeção de castração química, o que acho ótimo. E no Brasil não pode, porque nós consagramos, na nossa Constituição, o princípio da dignidade da pessoa humana, e se vetou, a partir daí, essas penas de gravames físicos. Eu pergunto: será que, em termos de direitos humanos – basta olhar para o Presídio Central, que não está muito longe daqui –, nós somos mais evoluídos do que o Canadá? É claro que não! Então tem certas hipocrisias que às vezes nós incorporamos na nossa Legislação sob a desculpa de construirmos uma sociedade mais plural e mais libertária, que, na verdade, condenam as pessoas de bem, porque a essas é dado simplesmente o terrível caminho do sofrimento, das privações, das consultas da psicanálise e de tudo mais, e, aos culpados e aos criminosos, o frágil sistema penal brasileiro, que, com relação a isso, nada faz... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.) ...Frágil sistema penal brasileiro que quem estupra, quem mata, quem comete crimes bárbaros fica, às vezes, pouquíssimo tempo na cadeia, e outras tantas vezes, quiçá, nem vai para a cadeia, porque nós não temos meios de fazer nem a prova pericial, nem o processo penal, nem a devida persecução penal. Acho que fica tudo isso para reflexão.

Eu venho de uma tradição religiosa que tem matriarcas, sempre sacralizamos o papel das mulheres. A irmã de Moisés era Miriã, profetiza das águas; e há tantas outras, como Rachel, Ester – sempre há uma heroína. Outro dia eu perguntava para a Ver.^a Sofia se ela sabia quem era Judite e brincava que não era a mulher do Olívio Dutra; Judite foi uma grande guerreira, heroína que derrotou pelo seu ato, pela sua bravura, os persas. Então venho de uma tradição que respeita muito a mulher, e fico muito confortável em falar nisso. Mas eu acho que às vezes, em nossas militâncias, precisamos ter limites. Acho desnecessário, por exemplo, as participantes da Marcha das Vadias irem para frente de uma igreja, e, com gestos, provocarem comoção nas pessoas que não concordam. Nós podemos defender nossos direitos e devemos defender nossos direitos, mas não precisamos chocar nem ofender o direito e a liberdade do próximo. Acho que aí tem havido um erro fundamental em grande parte das nossas militâncias, de causas que às vezes são fundamentalistas e que sobrepõem, que viram o fio. E eu espero que a gente

pág. 21

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
004ª Sessão Extraordinária 23ABR2014

consiga construir uma militância mais comedida, mais moderada; que a gente lute pelos nossos direitos, mas não tente ofender nem ultrajar as crenças e convicções das outras pessoas, porque senão vamos estar incorrendo nos mesmos erros daqueles que tanto criticamos. Muito obrigado, Sr. Presidente. Agradeço ao PMDB pelo tempo do encaminhamento. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): Em votação o Requerimento nº 035/14. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

APROVADO por unanimidade.

Em votação a Indicação nº 018/14. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADA.**

Em discussão o PLL nº 063/14. (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**, com os votos contrários da Ver.^a Fernanda Melchionna e do Ver. Pedro Ruas.

Em discussão o PLE nº 054/13. (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Pedro Ruas. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) Dezesesseis Vereadores presentes. Não há quórum.

Está encerrada a Ordem do Dia e os trabalhos da presente Sessão.

(Encerra-se a Sessão às 16h32min.)